

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH/PR

OBJETO: Posse dos Conselheiros para o 3º mandato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR; Leitura do Expediente; Aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária do CERH/PR; Apresentação sucinta do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e principais deliberações do CERH/PR; Apresentação dos trabalhos da Câmara Técnica para análise e proposta de delimitação das áreas de atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CTAC; Apresentação de mapa de ações de gestão e gerenciamento por bacia hidrográfica em nível nacional; Apresentação de proposta de atuação do Sistema SEMA por Bacia Hidrográfica; Criação de Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL; Assuntos Gerais; e Encerramento.

Aos 14 dias de setembro de 2006, às 14:00 horas, no Salão Nobre da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR, contando com a presença do Presidente em exercício do Conselho e Secretário de Estado em exercício do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ALLAN JONES DOS SANTOS, da Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, dos Conselheiros Titulares WALDIR PAN da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, JOÃO LUIZ BRITO VALENTE da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, EDUARDO SALAMUNI da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM, LUIZ FORTE NETTO da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, ÉRIKA KUWAKI da Secretaria de Estado dos Transportes – SETR, CELSO AUGUSTO BITTENCOURT do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, HELOÍSA BOT BORGES da Procuradoria Geral do Estado – PGE, CLÁUDIO APARECIDO ALVES PALOZI da Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio, HUGO BERTI da Prefeitura Municipal de Moreira Alves, MANOEL MOISÉS F. DE QUEIROZ da UNIOESTE, REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/PR, RAFAEL FERREIRA FILIPPIN da Liga Ambiental, ANGELITA KRAVUTSCHKE da APONG, RAUL MUNHOZ NETO da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, ALBERTO PALOMAR FERNANDES da Federação das Indústrias do Paraná - FIEP e dos Conselheiros Suplentes, ARY TALAMINI JÚNIOR da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, LUIS TADEU CAVA da SEIM, ANTONIO RICARDO LORENZON da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, CELSO LUIZ RUBIO da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, CÍCERO GONÇALVES DE OLIVEIRA da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, GERMANO VALENÇA MONTEIRO JUNIOR da Secretaria de Estado dos Transportes – SETR, JOCELY MARIA THOMAZONI LOYOLA da Companhia Paranaense de Habitação – COHAPAR, JOSÉ LUIZ SCROCCARO da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERSA, MARIA LÚCIA BISCAIA DE MEDEIROS do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, UDO BUBLITZ da EMATER, VALTER FANINI da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, ANA CLAUDIA

BENTO GRAF da Procuradoria Geral do Estado – PGE, GERALDO GIACOMINI da Prefeitura Municipal de Renascença, CÉLIO PINTO DE CARVALHO da Prefeitura Municipal de Lunardelli, EDUARDO FELGA GOBBI da Universidade Federal do Paraná - UFPR, MARIA CRISTINA MARIN da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH/PR, PAULO CESAR MEDEIROS do CEDEA, LÉO DE FREITAS do Grupo Ambientalista do Rio Iguaçu - GARI e GUNTOLF VAN KAICK da OCEPAR; e dos convidados ALEX DIAS DE AZEVEDO da Tractebel Energia, CARLA MITTELSTAEDT da SUDERHSA, MAURO BATTISTELLI da SUDERHSA, MARTA BURKO da SUDERHSA, OLGA R. R. POLATTI da SUDERHSA, EUCLIDES TOM GRANDO da Liga Ambiental, RAFAEL GUSTAVO GURCHIDO do GARI, RENATO VIANA GONÇALVES da SEAB, WILSON HOLTMAN da Msisa Brasil, SONIA AMPESSAN da SEMA, MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA da SEMA, MARTHA SUGAI da COPEL, WILDE CARDOSO GONTIJO JR. da ANA, LEANE BARBAR da SANEPAR, CLÁUDIA REGINA BOSCARDIN da PMC-SMMA. O Presidente do CERH/PR em exercício, ALLAN JONES DOS SANTOS deu início à 9ª Reunião Ordinária do CERH/PR, saudando os Conselheiros e demais presentes, e agradecendo a presença de todos. A Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, fez a verificação de quorum, contando com a presença de 24 Conselheiros titulares ou suplentes representando os titulares. O Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS passou à leitura da pauta do dia. O Conselheiro RAFAEL FILLIPIN da LIGA AMBIENTAL solicitou esclarecimento da Secretaria Executiva em relação à pauta, visto que não constava a aprovação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, conforme deliberado na 7ª Reunião Ordinária e na 3ª Reunião Extraordinária do CERH/PR. A Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA propôs que esse assunto fosse incluído na pauta, o que foi acordado por todos, passando a constar como o último item da pauta. Mencionou ainda que havia recebido outra solicitação de inclusão de pauta, referente à apresentação de mapa de ações de gestão e gerenciamento por bacia hidrográfica em nível nacional pela Agência Nacional de Águas, o que foi aprovado por unanimidade, sendo que este item passou a constar como o sexto item da pauta. O Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS mencionou ainda a retirada do item 7 da pauta, referente a informes do IAP sobre o licenciamento da Usina Hidrelétrica Mauá, tendo em vista a ausência do proponente do item, Secretário Rasca Rodrigues, por motivos de férias. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN manifestou-se contrário à retirada e sugeriu que o assunto fosse tratado na reunião seguinte do Conselho. O Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS passou ao **primeiro item da pauta - posse dos Conselheiros para o 3º mandato do CERH/PR**. Solicitou que a Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse a leitura do Decreto 6928, de 25 de julho de 2006, sendo que à nomeação dos Conselheiros os mesmos seriam considerados devidamente empossados. Após a leitura do Decreto o Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS passou ao **segundo item da pauta - leitura do expediente**, solicitando que a Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse a leitura. A seguir o Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS passou ao **terceiro item da pauta - aprovação da ata da 8ª Reunião Ordinária do CERH/PR**, que foi aprovada por unanimidade. Na seqüência passou ao **quarto item da pauta – apresentação sucinta do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e principais**

deliberações do CERH/PR, para que os novos Conselheiros neste terceiro mandato do CERH/PR pudessem estar informados a esse respeito. A Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fez a apresentação que consta do **anexo 1**, explicando que a Lei Nacional e a Lei Estadual de Recursos Hídricos instituíram alguns objetivos, fundamentos e instrumentos e também um Sistema Nacional e Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, composto de Conselho, Órgão Gestor de Recursos Hídricos, Comitês de Bacia Hidrográfica e Agências de Bacia Hidrográfica. Discorreu sobre todos estes assuntos e mencionou o estágio de implementação de cada um dos instrumentos, bem como de cada um dos componentes do Sistema no Estado do Paraná. Abordou as Câmaras Técnicas instituídas e mencionou que naquela reunião haveria então o relato da Câmara Técnica de análise e proposta de delimitação da área de atuação dos Comitês de Bacia. Mencionou os principais assuntos abordados até então no Conselho: a instalação de quatro comitês de bacias hidrográficas; a aprovação do decreto de cobrança pelo uso da água; a aprovação do atual modelo de gestão de recursos hídricos, onde a SUDERHSA passa a ser Agência de Bacia; indicação de representantes paranaenses nas Comissões Executivas Regionais para a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos; a aprovação e acompanhamento da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos; a aprovação das Câmaras Técnicas para assessoramento do Conselho; e proposta de evento, que ainda não foi realizado, para apresentação de diversos planos e trabalhos realizados no Paraná relacionados à área de atuação de recursos hídricos. O Conselheiro ANTONIO RICARDO LORENZON da SEAB sugeriu a inclusão do tema “preservação das Reservas Legais” na Programação apresentada, que foi aprovada por unanimidade. A seguir o Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS passou ao **quinto item da pauta – apresentação dos trabalhos da Câmara Técnica de análise e proposta de delimitação das áreas de atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CTAC** e solicitou que a Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA, na qualidade de coordenadora da referida Câmara Técnica fizesse a apresentação. A mesma explicou que na penúltima reunião do CERH/PR foi levantada uma preocupação com o desenho das áreas de atuação dos Comitês solicitados ao Conselho até a presente data (**vide anexo 2**), e em consequência dessa preocupação foi então criada a referida Câmara Técnica. Explicou que diferentemente de outros Estados, o Paraná não havia promovido estudos de definição de regiões hidrográficas para o gerenciamento dos recursos hídricos, e que a forma de solicitação de instalação de Comitês de Bacia no Paraná, sem a pré definição destas áreas teria acarretado distorções, com algumas propostas de Comitês em áreas muito grandes, outras muito pequenas, alguns vazios se apresentando sem viabilidade de sustentação econômica para justificar a instalação de Comitês, e que isso deveria portanto ser uma preocupação de Estado. Apresentou as Regiões Hidrográficas para gerenciamento de recursos hídricos de São Paulo, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Disse que estudos de regionalização também estavam previstos no âmbito da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Mencionou ainda que o atual Secretário Lindsley da Silva Rasca Rodrigues havia determinado estudos referentes à área de atuação das instituições integrantes do Sistema SEMA por bacia hidrográfica ou trechos de bacia hidrográfica. Mostrou a proposta de Regiões Hidrográficas consensada na

Câmara Técnica, que contemplou o diagnóstico dos diversos setores usuários e também aspectos geológicos do Estado do Paraná, e que a idéia era apresentar o desenho nesta reunião do Conselho, ouvir a proposta que a Agência Nacional de Águas estaria apresentando a seguir, para que na reunião seguinte do CERH/PR a matéria fosse colocada para aprovação. Mostrou outro mapa onde valorizou a compatibilização da proposta com as regiões hidrográficas existentes em São Paulo e Santa Catarina e destacou o mapeamento da área de abrangência do arenito Caiuá, que pelas suas peculiaridades quanto aos problemas com processos erosivos, teve também forte influência no desenho proposto. Ao encerrar o Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS colocou a matéria em discussão. O Conselheiro REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS da ABES/PR salientou a importância do Conselho recomendar que ao se definir este novo desenho, que todos os segmentos e profissionais, comunidades e lideranças que participaram das propostas de Comitês apresentados ao CERH/PR fossem consultados, e que os trabalhos realizados fossem aproveitados. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da Liga Ambiental ponderou que essa divisão poderá não ser do agrado de alguns Comitês e exemplificou o Comitê da Bacia do Rio Tibagi que abrange duas regiões hidrográficas e que já se manifestou contrário à sua divisão em dois Comitês. A Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA mencionou de que havia trazido uma minuta de Resolução referente às Regiões Hidrográficas propostas e disse que a idéia não era de obrigar, e sim orientar a área de atuação dos Comitês de Bacia, para que o Estado não ficasse com alguns vazios onde não se justificaria a instalação de Comitês. Na seqüência procedeu a leitura da minuta de Resolução (**anexo 3**). A Conselheira ANGELITA KRAVUTSCHKE da APONG destacou que a Bacia do Rio Tibagi historicamente foi considerada no todo, que mesmo antes da instalação do Comitê a bacia era discutida no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Proteção da Bacia do rio Tibagi – COPATI, e que uma possível divisão deveria ser decidida pelo Comitê da Bacia. Propôs que essa questão fosse explicitada na proposta de Resolução. A Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA concordou que essa é uma decisão cabe aos Comitês de Bacia e comentou que a SUDERHSA também deverá ter a sua área de atuação definida por região hidrográfica, assim como o Sistema de Informações deverá armazenar as informações por região hidrográfica, independente de um Comitê atuar em uma ou mais regiões hidrográficas. A seguir o Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS passou ao **sexto item da pauta – apresentação do Mapa de Ações de Gestão e Gerenciamento por Bacia Hidrográfica** pelo Sr. WILDE CARDOSO GONTIJO JR. da Agência Nacional de Águas – ANA a convite da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA. O representante da ANA comentou que o trabalho (**anexo 4**) referente à divisão hidrográfica estava em processo final de discussão no âmbito da ANA e que estaria sendo encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que o mesmo pudesse servir de subsídio à formação de Comitês e implementação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Destacou pontos que afligem quem trabalha com a implementação de Comitês: a definição da área de abrangência de Comitês; o planejamento estratégico para a implementação do Sistema e dos Instrumentos; e a integração da política nacional com a política estadual de recursos hídricos, destacando no caso do Paraná a integração com a União e com o Estado de São Paulo na Bacia do

Rio Paranapanema e com Santa Catarina na Bacia do Rio Iguaçu. Ficou satisfeito que esta integração foi contemplada na apresentação anterior. Mencionou que o Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado no início do ano, definiram uma série de programas com ações a serem implementadas. Cabe então fazer uma análise de prioridades de onde, como e quando esses programas devem ser implementados e para essa finalidade está sendo desenvolvido esse Mapa de Ações de Gestão e Gerenciamento por Bacia Hidrográfica, a ser apresentado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Mencionou que o Brasil está dividido em 12 Regiões Hidrográficas. Disse que o limite máximo para um Comitê seria essa Região Hidrográfica, e que o limite mínimo seriam as unidades estabelecidas por cada um dos Estados, num total de 442 unidades, e cerca de 120 a 130 Comitês já instalados. Mencionou que para o estabelecimento dessas unidades são considerados alguns critérios, em especial os critérios hidro-ambientais (Bacias Hidrográficas representativas, Unidades de Conservação Ambiental, Aquíferos Subterrâneos, Reservatórios de Hidrelétricas e principais interligações de Bacia), socioeconômicos (Regiões Metropolitanas, Unidades Nacionais de Planejamento do Ministério de Integração e Mesoregiões econômicas do IBGE) e político-institucionais (Comitês de Bacia de rios de domínio da União e de rios de domínio Estadual, bem como as Unidades Federadas), discorrendo sobre cada um destes critérios. Mencionou que foram gerados diversos mapas (**vide anexo 4**) que foram sobrepostos para verificar como esses critérios podem ser pesados e criar uma área homogênea para a gestão dos recursos hídricos. Para isso foi utilizado um modelo de análise de agrupamentos, Análise de Kluster, ferramenta disponível e de fácil utilização. Em função destes agrupamentos chegou-se a um número de 137 unidades de gerenciamento de recursos hídricos. Para estabelecer as prioridades de gestão nessas unidades foi também desenvolvida uma matriz de interação entre estrutura institucional (de incipiente a muito bem estruturada, considerando a existência de Planos de Recursos Hídricos, outorga de direito de usos dos recursos hídricos, bem como a sensibilidade social) e necessidade de gestão (de muito pequena a muito grande, considerando aspectos de escassez, balanço hídrico, qualidade das águas, eventos críticos e proteção estratégica dos recursos hídricos), gerando 5 tipologias de gerenciamento de recursos hídricos, definidas na apresentação em anexo. Mostrou mapa e tabela apresentando proposta de ações nas unidades nacionais segundo as tipologias. Disponibilizou a metodologia para o Estado do Paraná e por último mencionou da importância da delimitação da área de atuação para a gestão de recursos hídricos. O Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS agradeceu a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido pela ANA e abriu a palavra para considerações. O Conselheiro EDUARDO FELGA GOBBI da UFPR perguntou se o trabalho estava à disposição para a realização de simulações. A Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA mencionou que a ANA já disponibilizou o material para a SUDERHSA e que estava à disposição dos interessados. A seguir o Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS passou ao **sétimo item da pauta – apresentação da proposta de atuação do Sistema SEMA por Bacia Hidrográfica** e convidou o Sr. MAURI CEZAR BARBOSA PEREIRA, Coordenador de Recursos Hídricos da SEMA, para fazer a apresentação, sendo que o mesmo ressaltou o privilégio do Estado do Paraná por estar sendo o primeiro Estado a ter contato com a proposta, que não foi nem mesmo

apresentada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Mencionou que o Estado do Paraná, nas Regiões Hidrográficas estabelecidas a nível nacional, tem 92,4% da sua área na Região Hidrográfica do Paraná, 4,7% na Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste e 2,9% na Região Hidrográfica Atlântico Sul. Mencionou ainda que o nosso Estado está dividido em 16 Bacias Hidrográficas. Disse da demanda do Secretário Lindsley da Silva Rasca Rodrigues de se implementar uma gestão ambiental e dos recursos hídricos adotando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento para todo o Sistema SEMA, para o qual foi instituído um grupo de trabalho. Lembrou que a bacia hidrográfica já é adotada como unidade de planejamento na política de recursos hídricos, mas que ela não é adotada internamente no planejamento interinstitucional. Mencionou ainda da intenção de através desta unidade territorial fortalecer a articulação institucional e também a aproximação dos Conselhos vinculados à SEMA. A seguir apresentou mapas com as atuais áreas de atuação das Regionais da SEMA, do IAP, da SUDERHSA e do ITCG, demonstrando uma atuação descoordenada em relação à visão de bacias hidrográficas, e na seqüência, mapas com as propostas de área de atuação dessas instituições **(anexo 5)**. Saliu ainda a importância de se difundir informações que o Sistema SEMA gera, e sistematizá-las por bacia hidrográfica. Mencionou e apresentou as publicações que foram editadas sobre as diversas Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná. Saliu que na seqüência a intenção era de se fazer publicações divulgando os instrumentos de gestão, e também de se promover um amplo programa de sensibilização e de capacitação referente aos recursos hídricos. Mencionou que foram realizados Encontros com as Regionais do Sistema SEMA, onde foram identificadas uma série de ações regionais integradas a serem desencadeadas, e que seria estabelecido um programa de trabalho para implementar estas ações. O Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS abriu a palavra para considerações. O Conselheiro REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS da ABAS/PR relembrou que em 1984 a SUREHMA criava o PEMA – Programa Estadual do Meio Ambiente, propondo uma gestão por bacia hidrográfica. Mencionou que o impacto da proposta era tamanho que na época o Secretário de Planejamento Belmiro Valverde havia mencionado que se a proposta desse certo ele iria implementar o orçamento do Estado por bacia hidrográfica para fortalecer o trabalho. Parabenizou a SEMA por retomar essa proposta que merece ser enaltecida, mencionando que não tem cabimento discutir-se o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos se a própria instituição não faz a gestão desta forma. Disse, por outro lado, estar preocupado com a metodologia complexa que a ANA apresentou e que entendia que o Governo Federal deveria se preocupar com grandes diretrizes para as doze Regiões Hidrográficas a nível nacional, e que os Estados deveriam se preocupar com a proposta de divisão de suas regiões hidrográficas. O Sr. WILDE CARDOSO GONTIJO JR. concordou com a afirmação da complexidade do modelo. Disse que a criação de Comitês de Bacia de rios estaduais é prerrogativa dos Estados, mas entende que devem haver diretrizes que têm que partir do Conselho Nacional para as 12 Regiões Hidrográficas a nível nacional, e que o detalhamento deveria acontecer a nível estadual. O Conselheiro REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS da ABES/PR disse estar na dúvida se a ANA estava trazendo uma metodologia para ser aplicada pela SUDERHSA no Estado do Paraná ou se era uma metodologia que a ANA iria utilizar para o

País. A Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA esclareceu que o representante da ANA fez a apresentação a convite da SEMA. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI da SETI mencionou que a MINEROPAR estava retomando o trabalho referente à composição geoquímica das águas superficiais do Estado, que seria concluído nos próximos oito ou nove meses. Comentou que foram feitas coletas em aproximadamente 150 estações e que entendia que seria um trabalho de grande contribuição, que o Paraná estava muito avançado em relação a outros Estados da Federação, e disse que estaria a disposição de todos, assim que os resultados estiverem concluídos. A seguir o Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS passou ao **oitavo item da pauta – proposta de criação de Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais**, e sugeriu que a PGE fosse a coordenadora desta Câmara Técnica. A Conselheira HELOÍSA BOT BORGES da PGE argumentou que não lembrava do conteúdo da minuta de Resolução, e que precisaria de uma nova leitura para concordar ou não com a coordenação. A Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA mencionou que a proposta desta Câmara Técnica foi advinda do fato de várias propostas de Resoluções terem sido encaminhadas pela Liga Ambiental, mas entendia-se que não cabiam em forma de Resolução. Disse que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos também conta com uma Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da LIGA AMBIENTAL disse se tratar de uma discussão interessante e que no Conselho Estadual do Meio Ambiente os assuntos eram encaminhados a Câmaras Técnicas específicas para análise de cada tema. Mencionou que a sistemática no Conselho Nacional de Recursos Hídricos era diferente, que as propostas eram encaminhadas a uma Câmara Técnica que avaliaria única e exclusivamente a questão de redação legal, para que não se aprove no Conselho alguma coisa que venha a ferir a boa técnica legislativa. Encaminhou duas propostas: uma de se criar uma Câmara Técnica para cada proposta apresentada ou encaminhá-las às já existentes, e outra de Câmara Técnica para tratar exclusivamente da questão da redação legal. A Conselheira HELOISA BOT BORGES da PGE lembrou que na reunião em que foi discutido este tema, foi levantado que as instituições que comporiam a Câmara Técnica poderiam indicar um representante seu da área jurídica, e que não seria adequado a PGE na coordenação da Câmara Técnica, visto que a Procuradoria tem uma função institucional de orientação às Secretarias de Estado. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da Liga Ambiental sugeriu que se deliberasse sobre a criação da Câmara Técnica e já na seqüência se efetuasse a indicação dos seus membros. A Conselheira HELOISA BOT BORGES da PGE disse não lembrar do conteúdo da minuta de Resolução com as atribuições da Câmara Técnica. A Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA disse que as preocupações eram procedentes. Que se poderia propor uma Resolução aos moldes da aprovada no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH ou submeter ao Conselho outras atribuições para essa Câmara Técnica. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da Liga Ambiental mencionou a vantagem de se criar uma Câmara Técnica aos moldes da CTIL nacional, visto que é de conhecimento como aquela Câmara Técnica funciona. Como alternativa, sugeriu que se criasse uma Câmara Técnica provisória com a única e exclusiva competência de averiguar a técnica legislativa de redação. A Conselheira HELOISA BOT BORGES da PGE disse da preocupação em não usurpar competências do Conselho e que a minuta de Resolução apresentada

em reunião anterior estabelecia estes critérios. A Conselheira JOCELY MARIA LOYOLA da COHAPAR argumentou que não valeria a pena instituir uma Câmara Técnica apenas para fazer uma análise jurídica da técnica de redação, que isto poderia ser feito por qualquer advogado da Instituição. Sugeriu que a Câmara Técnica tivesse atribuições superiores a isso. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN disse propor uma Câmara Técnica Provisória e mencionou a sua preocupação de não se postergar essa decisão. A pedido do Conselheiro RAUL MUNHOZ NETO da COPEL a Sra. MARTHA SUGAI apresentou as atribuições da CTIL – Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais do CNRH, a saber: “acompanhar, analisar e emitir parecer sobre a legislação nacional de recursos hídricos nas competências constantes no Regimento Interno e outras que vierem a ser delegadas pelo Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos”. Disse entender que as competências da Câmara Técnica em discussão deveriam ser bem definidas, independente de ser permanente ou provisória. O Conselheiro ANTONIO RICARDO LORENZON da SEAB disse entender que a função desta Câmara seria além da simples questão de redação. Que na ocasião em que foi proposta, o problema era com questões encaminhadas ao Conselho que não seriam de sua competência. O Conselheiro JOSÉ LUIZ SCROCCARO da SUDERHSA sugeriu que a Secretaria Executiva do CERH/PR encaminhasse uma minuta de Resolução com as competências da Câmara Técnica para discussão na próxima reunião. A Conselheira HELOISA BOT BORGES sugeriu que essa minuta fosse encaminhada com certa antecedência à próxima reunião. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN concordou em deliberar a respeito da Câmara Técnica na próxima reunião, já tendo em mãos uma minuta com as respectivas competências. Mencionou que as propostas encaminhadas anteriormente pela Liga Ambiental vêm da demanda de movimentos sociais, do Fórum Brasileiro de Desenvolvimento Social, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e da Rede Brasileira ONGs da Mata Atlântica, fazendo jus ao seu direito a participar e a colaborar. Propôs que os novos Conselheiros tomassem ciência das propostas apresentadas. O Presidente do CERH/PR, ALLAN JONES DOS SANTOS, perguntou se todos concordavam com a proposta de encaminhamento, o que foi acordado por todos. Passando ao **nono item da pauta – Assuntos Gerais**, o Conselheiro ANTONIO RICARDO LORENZON da SEAB manifestou sua preocupação com a questão da recorrência da estiagem. Mencionou o Seminário de Riscos Climáticos e a Estiagem no Paraná a ser realizado em Londrina. Disse que dentro da Secretaria da Agricultura estavam tentando estabelecer políticas públicas que mitiguem problemas ou que melhorem as questões de recursos hídricos ligados à agricultura, e que no momento oportuno traria uma proposta melhor estruturada para o Conselho. A Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA disse aguardar a proposta do Conselheiro Antonio Ricardo Lorenzon para constar da pauta de uma próxima reunião. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI sugeriu que para uma próxima reunião do Conselho fosse convidado um profissional para abordar a questão das mudanças climáticas, visto que a recorrência de estiagens vem ocorrendo há alguns anos no Paraná. Disse que o Conselho precisa estar esclarecido sobre esta matéria e que talvez, a curtíssimo prazo, tenha que tomar decisões que venham a orientar o Governo do Estado. O Conselheiro EDUARDO FELGA GOBBI da UFPR concordou com a proposta do Conselheiro Eduardo Salamuni, e comentou sobre o SIMEPAR como sendo o braço meteorológico e

climatológico do IAPAR. Disse que poderia se comprometer a indicar uma pessoa para fazer esta apresentação ao CERH/PR. Na seqüência o Conselheiro RAFAEL FILIPPIN disse lamentar a ausência do IAP para apresentar informes sobre o licenciamento da Usina Hidrelétrica de Mauá. Fez críticas à concessão de outorgas para a Usina Hidrelétrica de Mauá e para a Usina Hidrelétrica de Telêmaco Borba, a qual ainda não está em processo de licenciamento, e também criticou que estas outorgas foram concedidas sem a consulta do Comitê de Bacia. Disse que a liminar obtida perante a 1ª Vara Criminal de Londrina foi concedida porque os atos administrativos expedidos não passaram por uma consulta prévia ao Comitê de Bacia. Mencionou que essa decisão foi cassada, mas que por um expediente de exceção o Presidente do Tribunal Regional Federal, por uma questão de ordem pública ou por ameaça à economia nacional, pode cassar uma decisão liminar. Mencionou que fizeram algumas representações formalmente por escrito para o Comitê, que o Comitê mandou uma convocatória para participar de uma reunião ordinária no dia 04 de outubro, cuja pauta não contemplava a questão dessas outorgas prévias. Disse que a Liga Ambiental já havia apresentado uma proposta de Resolução ao Conselho sobre a matéria, e criticou o mesmo por não se posicionar a esse respeito. Disse que as comunidades locais eram contra a instalação destes empreendimentos, e que a utilização da água exclusivamente para o setor hidrelétrico causa conflito com os demais setores usuários, destacando o uso para fins de irrigação e para navegação. Salientou que o CERH/PR deve uma resposta à Sociedade Civil a respeito desta questão, que estavam abertos ao diálogo e que gostariam de saber o posicionamento de todos os setores envolvidos. Mencionou que no Simpósio da ABRH, recentemente realizado, foi amplamente comemorado o fato do sistema de distribuição de energia no País ser interligado, não provocando racionamento na região sul, apesar da chuva insuficiente para a geração de energia nesta região. Por outro lado, comentou que o setor elétrico não estaria observando todos os aspectos da gestão, e solicitou esclarecimentos dos representantes do setor quanto à vazão ecológica de jusante no Rio Iguaçu que não foi respeitada pelo setor hidrelétrico durante a estiagem, fato que poderia ser constatado pelas várias fotografias na imprensa e pela via eletrônica que mostravam as cachoeiras absolutamente secas. Disse da necessidade de uma maior fiscalização, diálogo e acesso à informação, para encontrar uma solução para este conflito, para que as providências sejam tomadas, caso contrário, soluções que poderiam ser resolvidas no Conselho seriam buscados no Poder Judiciário. O Conselheiro RAUL MUNHOZ NETO da COPEL disse não poder deixar de se manifestar frente às insinuações e a forma como foi colocada a eventual simulação de uma vazão sanitária no último aproveitamento que é de uso da COPEL. Disse haver um controle absolutamente diário, controlado, e que a vazão sanitária de duzentos metros cúbicos por segundo, ecologicamente definidos em todos os documentos EIA/RIMA, foram respeitados a partir da Usina Salto Caxias, hoje denominada Governador José Richa. Disse que não houve a situação das Cataratas do Iguaçu absolutamente secas. O Conselheiro EDUARDO FELGA GOBBI disse que este era um assunto polêmico e que talvez o CERH/PR fosse um fórum interessante para debater este tema. Que o sistema interligado é muito importante para o País, que resulta em menor necessidade de energia por conta dessa complementaridade hídrica entre as regiões. Disse também

concordar que os estudos devem ser mais sofisticados, porque hoje não se pode olhar só o inventário isoladamente dos Planos de Bacia. Disse também se sensibilizar com a COPEL, que este tema deve ser tratado com maturidade, e que o Paraná e outros Estados vão continuar precisando construir hidrelétricas, e que a variável ambiental passa a ser um desafio nesta equação toda. O Conselheiro RAUL MUNHOZ NETO da COPEL disse que a COPEL não tinha nada a ver com o empreendimento Mauá. Disse que na atual metodologia do setor hidrelétrico existe uma empresa que fez o desenvolvimento do aproveitamento energético no ponto do Salto Mauá. Disse que haveria um processo licitatório para a concessão, um leilão de concessões, onde a COPEL obviamente não deixaria de participar, mas que jamais a COPEL conduziu este processo. O Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS salientou que era importante esclarecer que em nenhum momento o IAP se furtou de dar esclarecimentos sobre o assunto, tanto que o próprio Presidente colocou o assunto em pauta, mas que não pôde comparecer por motivos particulares, e que o assunto seria colocado em pauta na próxima reunião do Conselho. Passando ao **último item da pauta – encerramento**, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do CERH/PR, lavrei a presente Ata, em Curitiba, aos 30 dias de outubro de 2006.

De acordo

Curitiba, 20 de dezembro de 2006.

LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos